



OBJETO SOCIAL

O Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E. foi criado em 31 de Dezembro de 2005, através do Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro, por transformação do IPOFG-CROL, S.A., sucedendo-lhe em todos os direitos e obrigações.

Tem por objecto principal a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e aos beneficiários dos subsistemas de saúde, ou de entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral.

Tem, também, por objecto desenvolver actividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respectiva capacidade formativa, podendo ser objecto de contratos-programa em que se definam as respectivas formas de financiamento.

DESEMPENHO ECONÓMICO

Da análise à actividade assistencial, em comparação com o correspondente período homólogo, destaca-se o aumento da actividade na consulta externa, na cirurgia do ambulatório e na radioterapia e, em sentido oposto, a quebra no internamento, no hospital de dia e cirurgia convencional.

Embora, comparada com anos anteriores, a cirurgia convencional tenha diminuído, será importante referir aqui o aumento da complexidade e duração das intervenções cirúrgicas que, seguramente, forçam a diminuição do número de intervenções, esgotando a disponibilidade de bloco operatório.

Em 2013, efectuaram-se mais 3.742 consultas do que no período homólogo, correspondendo a uma variação de 1,5%. As primeiras consultas registaram um decréscimo de 1,4% (916 consultas), tendo as consultas subsequentes apresentado um crescimento de 2,2% (3.980 consultas), representando 17,7% do total das consultas médicas, sendo de 4,65 o ratio de subsequentes. Estes valores são influenciados pela actividade do atendimento não programado, sem a qual aquelas percentagens passariam a 18,5% e 4,42 respectivamente.

Os atendimentos em consulta não programada ascenderam a 9.469 consultas, o que representa 4,31% do total das consultas médicas e cerca de 26 consultas/dia.

Órgãos Sociais

2018-2020 Conselho de Administração – Presidente: Francisco Ventura Ramos; Vogais: João Manuel Lopes de Oliveira (Director Clínico), Maria Teresa Fernandes de Jesus de Sousa Carneiro (Enfermeira-Directora), Sandra Cristina Gomes Gaspar, Júlio Paulo Candeias Pedro.

2018-2020 Conselho Fiscal – Presidente: João Manuel Cravina Bibe; Vogais: Maria do Carmo Costa da Silva Carvalho; Luís Fernando da Costa Baptista.

Relativamente à Actividade Financeira, os Proveitos Operacionais registaram um decréscimo homólogo de -3,2 M€ (-2,9%), totalizando 106,6 M€. Esta redução deve-se essencialmente à diminuição do valor global do contrato-programa, de 103,2 M€ em 2012, para 99,6M€ em 2013. Reforça-se que a situação de quase monopólio faz com que os proveitos provenientes do contrato programa com o SNS tenham um peso próximo dos 95% do total dos proveitos operacionais. O aumento do valor das taxas moderadoras não teve expressão significativa no IPOLFG, atendendo ao elevado volume de utentes isentos ou dispensados do pagamento. Saliente-se que o valor global deste proveito é de cerca de 0,8M€ dos proveitos operacionais do Instituto, não chegando a constituir 1%.

No que diz respeito aos custos verificamos que, face a 2012, todas as rubricas de custos registaram uma diminuição à excepção dos custos com o pessoal, os quais aumentaram devido à reposição dos subsídios de férias.

Nos Fornecimentos e Serviços Externos, regista-se, um decréscimo de 6%, que é resultado, sobretudo, da redução da subcontratação de tratamentos de Radioterapia e de implementação de medidas de controlo de custos.

Os Custos com o Pessoal representam 42% do total dos Custos Operacionais.

Neste contexto, o exercício de 2013 encerra com um Resultado Antes de Impostos negativo de -8.4M€.

O IRC estimado para o exercício é de 3.189 €, respeitante a tributações autónomas, pelo que o Resultado Líquido do Exercício de 2013 se fixa em -8.379.222,73€.

No que respeita à Performance Económica, o Activo Líquido do IPOLFG, a 31 de Dezembro de 2013, ascendia a 129,49M€, para um montante de Fundos Próprios de 64M€ e um Passivo de 65,49M€.

A análise dos principais indicadores económico-financeiros, permite verificar que, em 2013, há uma ligeira degradação dos principais rácios face a 2012, ano em que se havia registado uma melhoria global da situação do IPOLFG.

Salienta-se a redução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores e a redução do volume de Endividamento.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

N/A

Estrutura Accionista	2013	2012
Total do Capital Social M€	49,9	49,9
Cap. Social detido pelo Estado %	100,0%	100,0%

Situação Patrimonial M€	2013	2012
Activo Circulante	53,1	74,9
Activo Fixo	76,4	77,5
Total Activo	129,5	152,4
Capital próprio	64,0	71,7
Interesses minoritários	0,0	0,0
Passivo	65,5	80,7
Total CP+Int. Min.+Passivo	129,5	152,4

Actividade Económica M€	2013	2012
Resultado operacional	(11,9)	(11,5)
Resultado líquido	(8,4)	(9,3)
EBITDA	(4,1)	(3,0)
Volume de negócios	101,0	104,4
Custos com pessoal	50,0	48,7
VABcf	40,5	40,7
N.º médio de trabalhadores	1.808	1.851
VABcf per capita (mil€)	0,02	0,02

Situação Financeira M€	2013	2012
Fluxos das actividades operacionais	0,46	2,6
Fluxos das activ. de investimento	(9,5)	(5,0)
Fluxos das activ. de financiamento	0,3	0,1
Variação de caixa e seus equivalentes	(8,9)	(2,2)

Rácios de Estrutura	2013	2012
Autonomia financeira %	49%	47%
Solvabilidade %	144%	89%
Endividamento %	19%	20%
Liquidez Geral%	87%	59%
Rentabilidade dos Capitais Próprios%	(13%)	(13%)

Outros Indicadores	2013	2012
Prazo Médio Recebimentos (meses)	3,8	7,8
Prazo Médio Pagamentos (meses)	4,9	6,0
Rotação de Stocks (meses)	1,1	2,0